

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): MEDIAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUBJETIVIDADE NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

*THE ROLE OF PSYCHOLOGY IN ADDRESSING VIOLENCE AGAINST WOMEN IN
SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTERS (CRAS): MEDIATIONS BETWEEN
PUBLIC POLICIES AND SUBJECTIVITY IN HISTORICAL-CULTURAL
PSYCHOLOGY*

BORRI, Luana Maris¹

A violência contra a mulher é um fenômeno estrutural e histórico, relacionado às desigualdades de gênero, classe e raça, expressando-se cotidianamente nas relações sociais e nas instituições. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), criado no contexto da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, é uma unidade pública estatal que representa a principal porta de entrada para a proteção social básica, sendo responsável por ações de prevenção, orientação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2004). Justifica-se, portanto, analisar criticamente a atuação da psicologia nesse espaço, especialmente no enfrentamento da violência de gênero, considerando sua capacidade de mediar processos subjetivos e sociais a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar, com base em estudo bibliográfico, as possibilidades e os limites da atuação da psicologia nos CRAS frente à violência contra a mulher, considerando suas mediações na produção da subjetividade, à luz dos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de base bibliográfica, fundamentado no método materialista histórico-dialético, que inclui como principais

¹ Doutoranda em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná. Professora do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1891141228962297>. E-mail: luana.borri@catolicasc.org.br

autores Vigotski, Sawaia e Gramsci. Além disso, foram consultados documentos oficiais, como a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004). A análise evidenciou que o CRAS, embora limitado por precarização estrutural, escassez de recursos e alta demanda, possui potencial como espaço de resistência simbólica e intervenção subjetiva. A Psicologia Histórico-Cultural compreende a subjetividade como resultante das relações sociais mediadas por signos e linguagem (Vigotski, 2000), o que implica reconhecer que o sofrimento vivido por mulheres em situação de violência não é individual, mas expressão das contradições sociais (Sawaia, 2001). Assim, práticas desenvolvidas nesse espaço que acolham, escutem e possibilitem a ressignificação dessas experiências podem promover rupturas com discursos culpabilizadores e com a naturalização da violência (Milani et al., 2020; Saffioti, 2015). Gramsci (1999) reforça que é no cotidiano institucional que se disputam os sentidos da hegemonia, o que torna o CRAS um espaço estratégico na luta pela emancipação das mulheres. Especialmente no que se refere à atuação da psicologia no CRAS, exige-se mais do que competência técnica: demanda compromisso ético-político com a escuta qualificada e o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos. É necessário superar práticas burocráticas e patologizantes, ampliando o olhar para o sofrimento ético-político como expressão das contradições vividas entre as necessidades humanas e as condições sociais concretas (Sawaia, 2001). O psicólogo, nesse contexto, atua como mediador de sentidos, oferecendo espaço de acolhimento e construção de trajetórias emancipatórias. Conclui-se que a atuação da psicologia no CRAS, quando fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, pode contribuir significativamente para o enfrentamento da violência contra a mulher. Os objetivos do trabalho foram atingidos ao demonstrar que essa abordagem teórico-metodológica favorece uma escuta qualificada e crítica, reconhecendo o sofrimento ético-político das mulheres e promovendo práticas que possibilitam a reconstrução de sentidos de si e do mundo. O CRAS, nesse contexto, pode se consolidar como um espaço contra-hegemônico de produção de subjetividades emancipatórias e de afirmação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; psicologia histórico-cultural; políticas públicas.

Referências

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MILANI, Giovana Durat; SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da; ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. Impactos da violência de gênero na produção da subjetividade de mulheres: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. In: DURAT, G. *et al.* **Gênero e violência na Psicologia Histórico-Cultural**. Curitiba: Appris, 2020.

PASQUALINI, Juliana C.; MARTINS, Lígia M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 27, n. 2, p. 362-374, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, Bader B.; PEREIRA, Eliane R. **Práticas grupais**: espaço de diálogo e potência. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

VIGOTSKI, Lev S. **Obras Escogidas**: Tomo III. Madri: Visor, 2000.

Recebido em 21 de setembro de 2025.

Aceito em 18 de outubro de 2025.